

**AS RELAÇÕES COMERCIAIS BRASIL-CHINA À LUZ DA TEORIA MARXISTA DA  
DEPENDÊNCIA**

**BRAZIL-CHINA TRADE RELATIONS IN THE LIGHT OF THE MARXIST  
DEPENDENCY THEORY**

*Lúcio Luciano de Barros Filho<sup>1</sup>*  
*Lucas Milanez de Lima Almeida<sup>2</sup>*

**RESUMO**

O presente trabalho investiga as relações comerciais entre o Brasil e a China entre 1999 e 2023 a partir da Teoria Marxista da Dependência (TMD). O artigo abrange o período entre 1999 e 2023. Com base na TMD, que destaca a subordinação dos países periféricos aos centros econômicos, observa-se como o Brasil reforça sua inserção periférica e dependente, com foco na exportação de produtos primários. A pesquisa destaca a falta de diversificação tecnológica nas exportações brasileiras e a predominância de commodities, que aprofundam a especialização produtiva de baixo valor agregado e, por meio da análise do ciclo do capital em economias dependentes, retrata o aumento da participação chinesa nesse ciclo em relação ao Brasil. A partir dos estudos de Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, o trabalho conclui que as relações comerciais Brasil-China reproduzem um padrão inicial de dependência estrutural, no qual o Brasil continua desempenhando papel subordinado, tanto no comércio quanto nos investimentos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Relações Comerciais Brasil China, Ciclo do Capital, Teoria Marxista da Dependência.

**ABSTRACT**

This paper investigates trade relations between Brazil and China between 1999 and 2023 based on Marxist Dependency Theory (MDT). The article covers the period between 1999 and 2023. Based on the MDT, which highlights the subordination of peripheral countries to economic centers, it is observed how Brazil reinforces its peripheral and dependent insertion, focusing on the export of primary products. The research highlights the lack of technological diversification in Brazilian

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (UEPB)

<sup>2</sup> Departamento de Relações Internacionais (UEPB)

exports and the predominance of commodities, which deepen the productive specialization of low added value and, through the analysis of the capital cycle in dependent economies, portrays the increase in chinese participation in this cycle in relation to Brazil. Based on the studies of Ruy Mauro Marini and Theotônio dos Santos, the paper concludes that Brazil-China trade relations reproduce an initial pattern of structural dependence, in which Brazil continues to play a subordinate role, both in trade and in investments.

**KEYWORDS:** Brazil-China Commercial Relations, Capital Cycle, Marxist Theory of Dependency

## INTRODUÇÃO

As relações Brasil-China passaram por aproximações significativas nas últimas décadas. Pode-se ressaltar que a China é o maior parceiro comercial do Brasil, alcançando esse posto em 2009, quando ultrapassou os Estados Unidos (Mortatti; Miranda; Bacchi, 2011, p. 312). Simultaneamente, como maior economia da América Latina e com relações próximas a Pequim, o Brasil detém posição favorável à atração de investimentos externos chineses (Arantes, 2019). Ferchen (2011), Mortari (2019) e Slipak (2014) evidenciam que o gigante asiático tem desenvolvido sua aproximação com a América Latina e também com o Brasil, em uma intensa busca por commodities para sustentar o desenvolvimento chinês. Contudo, essa aproximação pode ter um caráter de ampliação da dependência dos países da região, ao considerar a assimetria tecnológica dos produtos comercializados e a intensa predominância de commodities nas exportações da região para Pequim.

Ferchen (2011) retrata a existência de debates sobre os benefícios ou estabelecimento de uma nova relação de dependência entre a China e a América Latina, enquadrando o Brasil como um dos mais impactos com a grande participação chinesa em suas exportações. O autor resalta que a força motriz das relações econômicas entre a China e os países da América Latina se centra na busca por commodities nas relações comerciais. Além disso, Ferchen (2011) demonstra que a demanda por commodities da China na América Latina e Brasil estão atreladas ao crescimento da economia chinesa, assim, em uma possível crise do gigante asiático ou retração da demanda, a região seria fortemente impactada.

Oliveira (2010) defende que as relações bilaterais e econômicas entre Brasília e Pequim geram ganhos para ambas as nações e que elas se reconhecem mutuamente como parceiros de

grande relevância e complementaridade, apesar da não existência de um acordo ou pacto formal de aliança. Contudo, o autor também destaca a existência de assimetrias nas relações econômicas entre os países. A desigualdade tecnológica entre ambos associa o Brasil a uma comercialização de recursos naturais para a China, especialmente devido à alta taxa de crescimento econômico chinesa e alta demanda por recursos, ao passo que o Brasil demanda produtos com maior nível tecnológico.

Mattos (2008), por sua vez, considera a importância crescente da China para as exportações brasileiras, consolidando-se como o maior parceiro comercial do Brasil. A partir do uso de metodologias como Índice de Intensidade de Comércio e Índice de Orientação de Comércio, a autora identifica haver um desnível da importância econômica da China em relação ao Brasil, onde a dependência dos produtos chineses pelo Brasil se sobressai em relação à dependência chinesa de produtos brasileiros. Assim, embora se aprofundem as relações de interdependência entre ambas as nações, o Brasil detém um destaque menor nessas trocas.

Hiratuka e Sarti (2016) analisam as relações comerciais e de investimento entre Brasil e China a partir de uma ênfase na análise dos dados econômicos dessas relações econômicas entre os anos 2000 e 2010. Os autores chegam à conclusão de que o comércio entre Brasil e China cresceu exponencialmente nos últimos anos, principalmente devido à exportação de commodities pelo Brasil, assim como a importação de produtos chineses se elevou, em uma relação que expõe assimetria entre a tecnologia e o valor agregado dos produtos que compõem essa balança comercial.

Essas discussões acabam por colocar em foco a análise das relações econômicas sino-brasileiras, considerando a intensificação dessas relações e a crescente aproximação entre os dois países. A partir da Teoria Marxista da Dependência (TMD), o presente artigo se centrou em questionar, por um lado, as relações comerciais entre Brasil e China. O intuito é contribuir com o debate em torno da criação de uma dependência brasileira em relação à China a partir do aporte teórico da TMD. Assim, o presente artigo pretende analisar as relações comerciais entre Brasil e China entre 2000 a 2023. Busca-se, portanto, à luz da TMD, compreender se estas relações econômicas contribuem para a formação de uma relação de dependência do Brasil em relação à China.

Nesse contexto, o presente estudo foca na evolução da relação comercial entre Brasil e China entre os anos de 1999 e 2023. O objetivo é compreender o papel do país asiático no abastecimento da economia brasileira, bem como compreender a importância daquela economia para a realização do capital aqui operante. Além disso, busca-se comparar a qualidade desta relação comercial em termos de intensidade tecnológica, com o intuito de compreender a assimetria no desenvolvimento

das forças produtivas de ambos os países. Assim, serão analisadas as relações comerciais entre os países de acordo com o grande setor, com as grandes categorias econômicas e com a intensidade tecnológica. Com isto, será possível responder à seguinte pergunta de pesquisa: como o comércio com a China tem contribuído para o ciclo do capital na economia brasileira? Esta relação pode ser caracterizada como uma relação de dependência?

Essas informações quantitativas foram obtidas por meio de fontes oficiais, como o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e o Ministério da Economia do Brasil, a partir do Comex Stat.

A partir do exposto, a justificativa do presente trabalho se centra em contribuir com o debate sobre as relações comerciais entre a China e o Brasil, buscando compreender como essas interações impactam o Brasil, especialmente em um cenário de persistência de uma inserção periférica brasileira no Sistema Internacional. Utilizando-se de um aporte teórico importante para compreensão de como as relações de dependência e dominação têm se perpetuado sobre os países ao longo da história a partir da visão do dominado (periferia do sistema capitalista).

O trabalho está dividido em 2 partes, na primeira parte são retomados os elementos fundamentais da Teoria Marxista da Dependência de forma a contextualizar o embasamento teórico utilizado para a análise dos dados econômicos. Assim, essa seção traça um quadro teórico que contextualiza a situação do Brasil dentro da dinâmica global de dependência econômica, oferecendo uma base para compreender as relações comerciais específicas entre Brasil e China. Em seguida, são apresentados os dados relativos às trocas comerciais entre o Brasil e a China entre 1999 e 2023, que são analisados a partir da TMD para identificação de relações de dependência nessas relações econômicas entre o gigante asiático e a maior economia da América Latina.

## **1. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA**

Diante dos objetivos do presente trabalho, não serão reproduzidos todos os elementos constituintes da TMD, apenas aqueles que serão utilizados no estudo. A interpretação fundamental aqui utilizada assenta em Marini (2017), segundo a qual a dependência é uma condição típica de países que têm o seu processo de reprodução do capital social condicionado e subordinado ao processo de reprodução do capital nos países imperialistas. Isto se deve ao desnível, em relação aos países que compõem o centro do capitalismo, no desenvolvimento das forças produtivas sociais que

dispõem em seus respectivos processos de acumulação. Em outras palavras, o ciclo do capital nas economias dependentes está intrinsecamente associado ao ciclo do capital das economias avançadas, aquelas com maior desenvolvimento das forças produtivas. Assim, a acumulação do capital, e as leis que dela derivam, assume uma condição “sui generis” nos países atrasados.

No momento inicial do seu ciclo, em sua primeira fase de circulação, o capital assume a forma de capital-dinheiro (D) como meio para se transformar em capital-produtivo (P). Isto se dá através de uma forma de transição que representa a compra dos meios de produção e da força de trabalho. Com isto, a segunda fase do ciclo do capital se inicia quando este assume a forma de capital-produtivo e inicia-se, efetivamente, o processo de criação de mais-valia<sup>3</sup>. Finalizado o processo de produção, o ciclo do capital inicia uma nova fase, retornando à esfera da circulação. Neste segundo momento, por assumir a forma de capital-mercadoria (M'), ele precisa transmutar-se em dinheiro, agora acrescido de mais-valia (D').

Como argumenta Marini (2017), em todas essas fases pode se dar a relação entre o capital estrangeiro e o capital nacional, conformando o ciclo do capital das economias dependentes: seja através de D, como empréstimo ou investimento direto; seja como P, através da importação de bens de capital, bens intermediários ou mesmo força de trabalho; seja através de M', como exportação de meios de consumo ou de produção; ou mesmo como D', através do fracionamento da mais-valia a ser remetida ao exterior. Como afirmado, a razão essencial disto é o fato de que as economias dependentes não dispõem de parte considerável do capital que necessitam para realizar o processo de reprodução ampliada do seu capital social.

Diante dos objetivos do presente estudo, focaremos apenas nas relações comerciais que se estabeleceram entre a China e o Brasil entre 1999 e 2023. No contexto do ciclo do capital, isto significa que buscaremos analisar dois elementos fundamentais.

O primeiro são as compras brasileiras de capital-produtivo chinês, ou seja, como a China contribuiu para a primeira fase do ciclo do capital no Brasil através da venda de meios de produção. O segundo elemento a ser analisado é a participação da China na realização externa do capital-mercadoria brasileiro, ou seja, como a China contribuiu para a finalização do ciclo do capital no Brasil através da compra de mercadorias brasileiras. Adicionalmente, iremos analisar a contribuição chinesa na manutenção da população brasileira (e vice-versa), através da análise das exportações e importações de meios de consumo chineses e brasileiros. Com isto, será possível

---

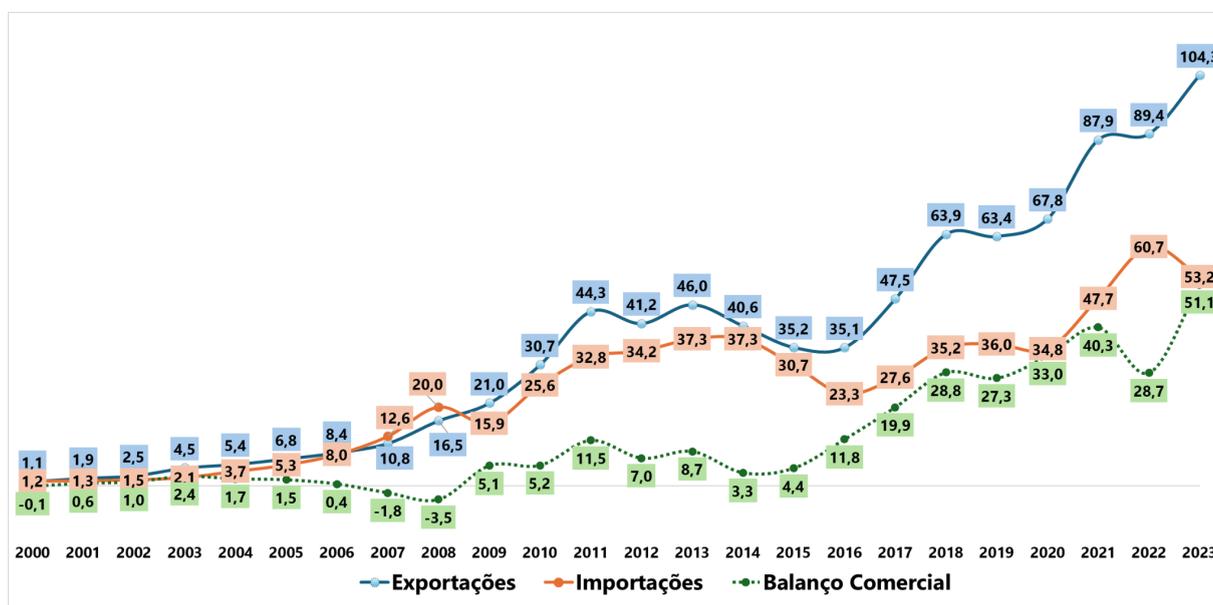
<sup>3</sup> Como o objetivo do presente trabalho não versa sobre as condições nas quais o capital produtivo se efetiva no Brasil, o conceito de superexploração não será diretamente abordado ou analisado no presente texto.

compreender se o comércio com a China tem contribuído para o ciclo do capital na economia brasileira e se isto tem contribuído para o estabelecimento de uma relação de dependência entre os países em desfavor do Brasil.

## 2. AS RELAÇÕES COMERCIAIS BRASIL-CHINA

As trocas comerciais entre Brasil e China perpassam pelo desenvolvimento das relações bilaterais, começando a ter maior crescimento a partir do estabelecimento das relações diplomáticas, sendo atingidas ao longo de sua história pelas crises econômicas e pelo contexto internacional de inserção ou retratação de cada uma das nações. Hiratuka e Sarti (2016) destacam que o crescimento econômico chinês acompanha o aumento das exportações do Brasil para a China e a valorização do real, o que fomentou a importação de produtos chineses, concorrentes não apenas com mercadorias importadas de outros países, mas também com as produzidas domesticamente. Segundo dados do Instituto Sociocultural Brasil-China, Pequim é, desde 2009, o maior parceiro comercial do Brasil, atingindo em 2023 o equivalente a mais de US\$104 bilhões das nossas vendas em 2023, representando 30% da parcela de todas as exportações do Brasil (Ibrachina, 2024).

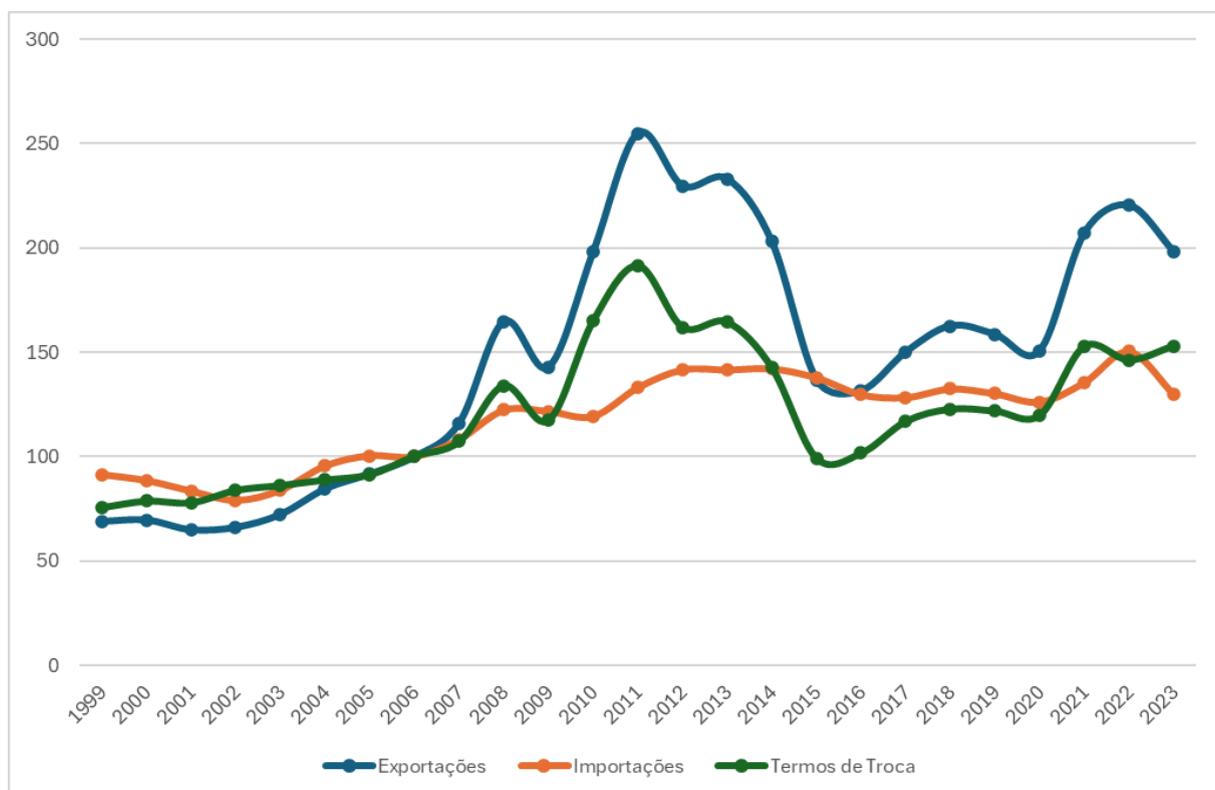
**Gráfico 1- Balança Comercial Brasil China 1999-2023**



Fonte: elaboração própria, a partir de dados do Comexstat.

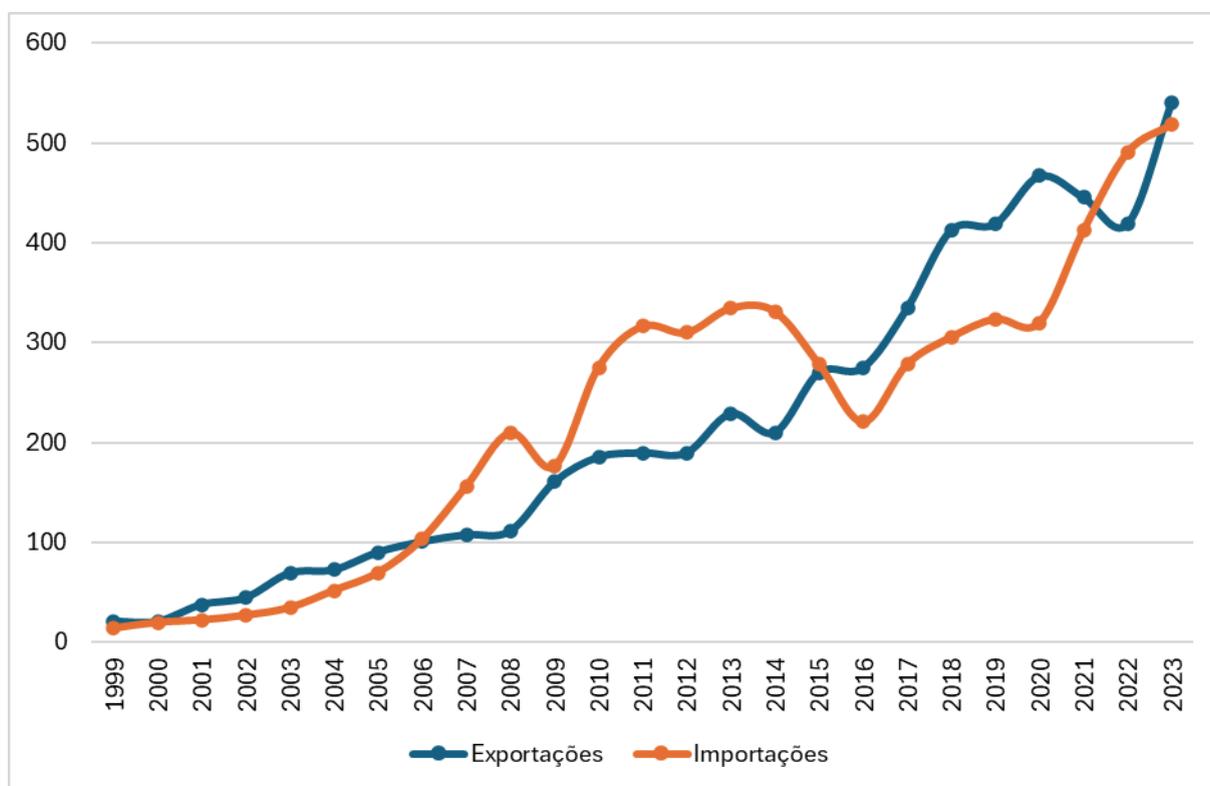
A partir do Gráfico 1, é possível ressaltar aspectos sobre as trocas comerciais entre Brasil e China entre 2000 e 2023. Entre 2000 e 2008, as exportações acompanham as importações em ritmo muito similar, gerando baixos superávits e déficits para ambos os países, contudo, a balança é favorável ao Brasil na maior parte do período. Nesse contexto, a partir de 2009, os valores das transações comerciais começaram a ganhar grande proporção, entre 2006 e 2012, houve um aumento de 490% do valor das exportações do Brasil para a China, ao passo que as importações cresceram 427%. Além disso, a partir de 2009, a balança comercial se torna favorável ao Brasil por todo o período seguinte, mesmo com a redução dos valores entre 2013 e 2015. Entre 2014 e 2016, as importações de produtos chineses se reduziram, período que coincide com a crise econômica que atinge o Brasil. A partir de 2016, há um evidente descolamento das exportações em relação às importações, com altos valores de superávit para o Brasil. Como pode ser visto no Gráfico 2 a seguir, isto se deve à mudança nos termos de troca entre os países (relação entre preço das exportações e importações), que, a partir de 2007, se torna favorável ao Brasil (índice maior que 100). A partir de então, os preços das exportações se mantiveram sempre mais favoráveis, com exceção de 2015, quando os termos de troca apresentaram índice de 99,3.

**Gráfico 2 - Índices de preços do comércio entre Brasil e China: 1999-2023**



Isto é confirmado pelo Gráfico 3 a seguir, que traz os índices de quantum das exportações e importações da relação entre os dois países. Podemos observar que, entre 1999 e 2011 houve um intenso crescimento no índice de quantum das importações brasileiras de produtos chineses, pontualmente interrompida em 2009, ano em que a economia brasileira decresceu 0,1%. Entre 2006 e 2015 o índice de quantum das importações foi maior que o das exportações. Por sua vez, nossas vendas para a China apresentaram crescimento a partir da segunda metade da década de 2010, com breve interrupção em 2021 e 2022, no contexto da pandemia de Covid-19.

**Gráfico 3 - Índices de Quantum do comércio entre Brasil e China: 1999-2023**



Para além de verificar os dados gerais da balança comercial entre Brasil e China, é preciso identificar o teor da intensidade tecnológica dos produtos comercializados entre os países, ponto esse de importância para a posterior análise sob a perspectiva da TMD, que considera o teor tecnológico dos bens como importante nas trocas comerciais. Para a separação dos bens em intensidade tecnológica, será utilizada a classificação proposta por Galindo-Rueda e Fabien Verger (2016), que desenvolveram a taxonomia da OCDE a partir do International Standard Industrial

Classification em sua quarta revisão (ISIC). Eles classificaram as atividades econômicas conforme o nível de intensidade tecnológica a partir do percentual gasto em pesquisa e desenvolvimento por cada atividade. Os autores propuseram a divisão visando corrigir problemas da classificação anterior, que não era precisa em identificar a intensidade tecnológica no setor de serviços, além de utilizar novos indicadores, como uso de tecnologia avançada e nível de qualificação da mão de obra.

Para a separação dos bens conforme a classificação proposta pelos autores, foi utilizada a base de dados do Governo Federal para as trocas comerciais do Brasil, o Comexstat, de onde foram obtidos os produtos e valor FOB em US\$ conforme a classificação ISIC das exportações e importações do Brasil em relação à China entre 1999 e 2023. Com os dados obtidos, os produtos foram classificados conforme a divisão proposta por Galindo-Rueda e Verger (2016), separando por setor produtivo e intensidade tecnológica dos bens comercializados.

**Tabela 1 - Balança Comercial Brasil-China por Intensidade Tecnológica: 1999-2023**

Setor	Intensidade Tecnológica	1999-2003		2004-2008		2009-2013		2014-2018		2019-2023	
		Soma (bilhões US\$)	%								
<b>IMPORTAÇÕES</b>											
Indústria de Transformação	Alta	2,36	33,0%	19,69	39,7%	45,17	31,0%	40,38	26,2%	62,85	27,0%
	Média-Alta	0,68	9,0%	16,06	32,4%	54,59	37,4%	66,77	43,3%	112,82	48,5%
	Média	2,25	31,0%	5,46	11,0%	19,56	13,4%	19,17	12,4%	27,81	12,0%
	Média Baixa	1,44	20,0%	7,94	16,0%	25,12	17,2%	26,67	17,3%	28,03	12,1%
Agricultura	Baixa	0,07	1,0%	0,23	0,5%	1	0,7%	0,71	0,5%	0,4	0,2%
Indústria Extrativa	Média-Baixa	0,27	4,0%	0,21	0,4%	0,13	0,1%	0,2	0,1%	0,28	0,1%
Outros		0,1	1,0%	-	0,0%	0,28	0,2%	0,23	0,1%	0,19	0,1%
<b>Total por período (bilhões US\$)</b>		<b>7,17</b>		<b>49,59</b>		<b>145,85</b>		<b>154,13</b>		<b>232,38</b>	
<b>EXPORTAÇÕES</b>											
Indústria de Transformação	Alta	0,11	1,0%	0,26	0,5%	0,59	0,3%	0,49	0,2%	0,66	0,2%
	Média-Alta	1,38	12,9%	3,1	6,5%	6,37	3,5%	5,94	2,7%	4,36	1,1%
	Média	1,18	11,0%	2,64	5,5%	5,66	3,1%	5,91	2,7%	8,61	2,1%
	Média Baixa	2,26	21,1%	8,37	17,5%	21,65	11,8%	29,99	13,5%	67,3	16,3%
Agricultura	Baixa	3,17	29,6%	14,14	29,5%	55,39	30,2%	95,81	43,1%	149,48	36,2%
Indústria Extrativa	Média-Baixa	2,59	24,2%	19,36	40,4%	93,26	50,9%	83,68	37,6%	181,88	44,1%
Outros		0,02	0,2%	0,09	0,2%	0,37	0,2%	0,49	0,2%	0,52	0,1%
<b>Total por período (bilhões US\$)</b>		<b>10,71</b>		<b>47,96</b>		<b>183,29</b>		<b>222,31</b>		<b>412,81</b>	

Fonte: elaboração própria, a partir de dados do Comexstat.

A partir da Tabela 1, é possível identificar que, durante todo o período analisado, as importações brasileiras da China se concentraram em produtos de média-alta e alta intensidade tecnológica. No período entre 1999-2003 e 2019-2023, houve um aumento nas importações de mais de US\$60 bilhões no valor dos bens de alta intensidade tecnológica, já em produtos de Média-Alta

intensidade o valor sai de US\$0,68 bilhões para mais de US\$112 bilhões, revelando um forte crescimento de ambos na pauta importadora. Considerando o mesmo período, é notável a redução da participação dos bens de Média, Média-baixa e Baixa intensidade tecnológica nas importações, mesmo que o valor comercializado tenha crescido entre 1999-2003 e 2019-2023. Sendo assim, fica visível o expressivo aumento da compra pelo Brasil de cada vez mais bens de maior teor tecnológico da China, ao passo que, mesmo com o aumento do valor da compra de bens de médio e baixo teor tecnológico, sua participação nos produtos importados é cada vez menor. Ademais, verifica-se que, a partir de 2009-2013, os bens de Média-alta tecnologia ganham destaque e ultrapassam os de alta intensidade, configurando-se como mais relevantes em termos de participação nesses períodos.

Ainda na Tabela 1, agora sob o foco das exportações, durante todo o período analisado é preponderante a importância de bens de baixa e média-baixa tecnologia dos setores da agricultura e indústria extrativa, respectivamente, oscilando ao longo do período como as categorias de maior participação na pauta exportadora. Assim, é possível destacar que não apenas sua participação aumenta, como também há um grande crescimento na soma do valor dos bens comercializados. Produtos da agricultura saltam do montante de US\$3,1 bilhões para US\$149,48 bilhões de 1999-2000 para 2019-2023, enquanto no mesmo período, os produtos da indústria extrativa crescem de US\$2,59 bilhões para US\$181,88 bilhões. Esse aumento contrasta com os bens da indústria de transformação de alta, média-alta e média intensidade tecnológica, que possuem ligeiro aumento em seu valor durante o período analisado, mas têm uma participação percentual cada vez menor, chegando a representar, entre 2019-2023, um total de apenas 3,4% das exportações. Os produtos da indústria de transformação de média-baixa tecnologia, por sua vez, têm um aumento em seu montante durante os períodos analisados, ao passo que sua participação percentual decai entre 1999-2003 e 2009-2013 e, a partir de 2014-2018, começam a subir, apesar de não recuperar o mesmo patamar do primeiro período.

Por conseguinte, a partir da Tabela 2, identifica-se o saldo acumulado no período analisado conforme a atividade econômica e a intensidade tecnológica dos produtos. Denota-se que, ao longo de toda a série, o saldo comercial foi superavitário para o Brasil, o que se deve principalmente à participação de produtos da indústria extrativa, agricultura e de bens da indústria de transformação de média-baixa intensidade, respectivamente. O que se contrapõe ao peso negativo dos déficits em produtos da indústria e transformação de média, média-alta e alta intensidade tecnológica. Assim, fica evidente a dependência comercial brasileira em relação à China. Isto fica exposto pelas

exportações brasileiras, concentradas em bens com baixa intensidade tecnológica, os quais vêm sustentando os superávits comerciais visualizados na Tabela 2.

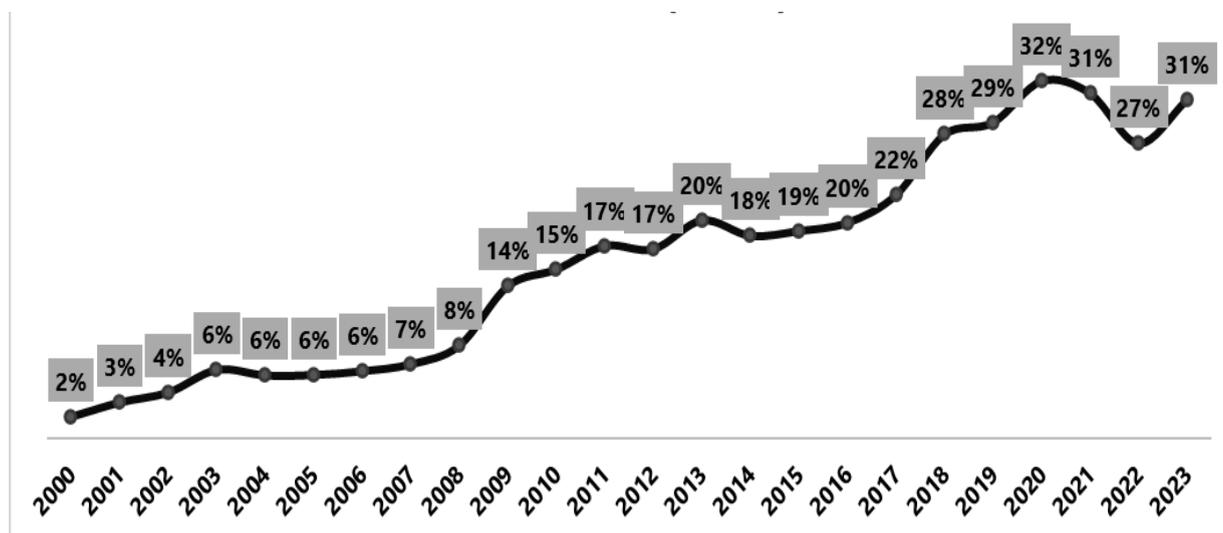
**Tabela 2 - Saldo Comercial Brasil-China por Intensidade Tecnológica: 1999-2023**

SALDO BALANÇA COMERCIAL BRASIL-CHINA							
Setor	Intensidade Tecnológica	1999-2003	2004-2008	2009-2013	2014-2018	2019-2023	Total em Bilhões de US\$ do período
		Soma (bilhões de US\$)					
Indústria de Transformação	Alta	-2,25	-19,43	-44,58	-39,89	-62,19	-168,34
	Média-Alta	0,7	-12,96	-48,22	-60,83	-108,46	-229,77
	Média	-1,07	-2,82	-13,9	-13,26	-19,2	-50,25
	Média Baixa	0,82	0,43	-3,47	3,32	39,27	40,37
Agricultura	Baixa	3,1	13,91	54,39	95,1	149,08	315,58
Indústria Extrativa	Média-Baixa	2,32	19,15	93,13	83,48	181,6	379,68
Outros		-0,08	0,09	0,09	0,26	0,33	0,69
Saldo da Balança Comercial Brasil-China acumulado 1999-2023							287,96

Fonte: elaboração própria, a partir de dados do Comexstat.

Além disso, verifica-se a necessidade do Brasil de produtos de maior nível tecnológico oriundos da China, que tem causado grandes déficits comerciais em produtos da indústria de transformação de média-alta e alta tecnologia.

**Gráfico 4 - Participação da China nas exportações brasileiras: 2000-2023**



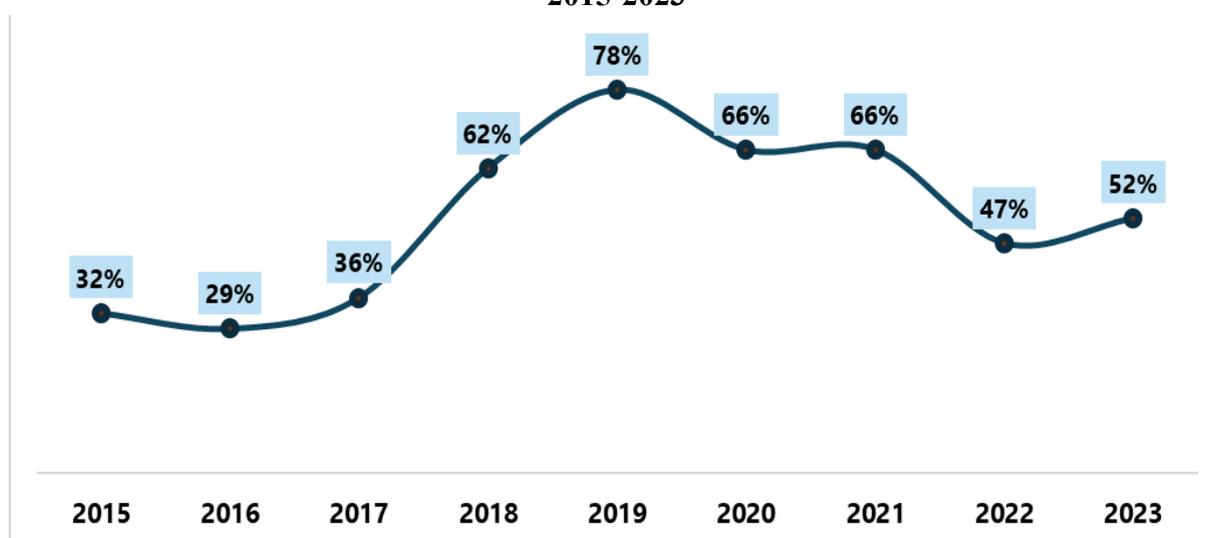
Fonte: elaboração própria, a partir de dados do Comexstat.

A partir do Gráfico 4, sugere-se o aumento da participação chinesa nas exportações brasileiras e, considerando que, conforme a Tabela 2, a maioria desse comércio é composta pela venda de

produtos da agricultura e da indústria extrativa, ambos com baixa intensidade tecnológica, pode-se levantar a hipótese de que o comércio com a China reforça a especialização produtiva brasileira em commodities e a reprimarização da pauta exportadora. Essa especialização, conforme a TMD, assegura a inserção periférica brasileira, uma vez que os investimentos direcionados para o desenvolvimento de tecnologias para a produção de bens com maior nível tecnológico terão menor relevância, dada a importância do setor de commodities na dinamização do capitalismo brasileiro. Por conseguinte, a dependência de produtos com maior nível tecnológico historicamente produzidos no centro acaba por ser reforçada nessa especialização produtiva primária.

Somado ao exposto, o crescente aumento da participação chinesa nas exportações brasileiras também pode ser analisado sobre outro aspecto da TMD. Santos e Marini argumentam que uma economia dependente é marcada pela incapacidade de ter autossuficiência para sustentar o próprio crescimento econômico. Em caso de uma crise econômica chinesa ou retração na demanda por produtos brasileiros exportados, as consequências seriam de alto impacto para a economia do Brasil.

**Gráfico 5 - Participação da China no Superávit da Balança Comercial Brasileira: 2015-2023**



Fonte: elaboração própria, a partir de dados do Comexstat.

Pode ser verificado, no Gráfico 5, o aumento consistente da participação de Pequim nas exportações brasileiras entre 2015 e 2023, chegando a representar, nos últimos anos, quase 1/3 do valor total das exportações brasileiras. Além disso, segundo o Gráfico 8, a balança comercial com a China já chegou a representar 78% do superávit da balança comercial brasileira em 2019. Desse

modo, os dados colaboram com Ferchen (2011), que demonstra a crescente dependência da América Latina e do Brasil das suas exportações para o gigante asiático, relação essa que levaria a grandes impactos econômicos em caso de desaceleração da demanda do país asiático.

Pode-se analisar de forma inicial a especialização produtiva existente entre China e Brasil no seu comércio bilateral. Como exposto por Marini (1973) e Santos (1970), a Divisão Internacional do Trabalho (DIT) estabelecida pelo sistema capitalista se configura como um importante ponto de estabelecimento da separação entre países centrais e dependentes. Nesse contexto, historicamente, os países centrais possuem a predominância das exportações de produtos com maior valor agregado e tecnologia, ao passo que os países dependentes exportam bens de menor tecnologia.

Assim, a partir das Tabelas 1 e 2, é evidente a concentração dos bens de menor intensidade tecnológica nos produtos exportados pelo Brasil para a China, predominando a exportação dos setores da agricultura, com baixa intensidade tecnológica, e indústria extrativa, com baixa-média intensidade tecnológica. Ao passo que nas importações vindas de Pequim, há a liderança de produtos de média-alta e alta tecnologia da indústria de transformação. Essa relação ressalta uma evidente separação de nível tecnológico e produtivo dos produtos comercializados entre ambas as nações, onde a China detém, a partir da Tabela 2, superávits constantes e crescentes em produtos com maior tecnologia. Assim, fica evidente que, a partir da DIT e em suas relações com Pequim, o Brasil persiste em uma alta dependência comercial de produtos primários em suas exportações. A partir da Tabela 2, verifica-se a crescente dependência desses produtos em suas exportações para o gigante asiático e para gerar superávits comerciais favoráveis.

A partir do exposto, à luz da TMD, verifica-se que as relações comerciais acabam por reforçar a hipótese de que o Brasil se encontra em uma relação de dependência com a China. É visível nas trocas entre os dois países a reprodução dos padrões da DIT, que atrelam o Brasil a uma inserção no comércio internacional como produtor de commodities com baixo valor agregado e a China como produtora de bens industrializados com maior tecnologia e de maior valor agregado. Essa divisão reforça a inserção dependente do Brasil nos termos da TMD, ao fortalecer a dependência brasileira da produção e exportação de commodities. É importante ressaltar que, mesmo que em suas relações comerciais com a China o Brasil possua superávits, isso não significa a superação de sua dependência, uma vez que esse se atrela constantemente à especialização produtiva em produtos com alta volatilidade de preços, em produtos em que quanto mais cresce sua oferta, maior a queda do seu valor em comparação ao preço de bens com maior tecnologia (Marini, 1973). Destaca-se que a grande presença de bens com maior intensidade tecnológica nas importações realizadas pelo

Brasil de produtos chineses pode gerar uma dependência tecnológica do país latino-americano em relação à nação asiática, especialmente a partir de um constante reforço da especialização produtiva primária do Brasil.

Marini (1973) e Santos (1970) destacam que a exportação de manufaturas do centro, em troca de matéria-prima e alimentos da periferia, se configura como os elementos iniciais do processo de dependência pelo qual as potências impuseram à América Latina sua inserção no Sistema Internacional. Contudo, Marini (1973) retrata que o capitalismo e a DIT se modificaram ao longo da história, onde, a partir da intensa exportação de capitais, foram transferidas para os países periféricos etapas inferiores e mais básicas dos processos produtivos, enquanto os estágios mais avançados continuavam sendo realizados pelo centro imperialista.

O que se verifica nas trocas comerciais entre o Brasil e a China é a grande presença de produtos primários nas exportações do Brasil em direção a Pequim, e a alta participação de bens manufaturados nas importações brasileiras do gigante asiático. Desse modo, a partir dessas relações, pode-se evidenciar que as trocas comerciais entre ambos os países remetem a uma especialização produtiva característica da fase inicial do estabelecimento da relação de dependência entre o centro e as nações dependentes, onde a China se beneficia em relação ao Brasil, assim como os países industrializados se beneficiam a longo prazo das relações comerciais com a periferia. Em outras palavras, apesar do desenvolvimento e das mudanças ocorridas no capitalismo como sistema mundial, em especial o surgimento das cadeias globais de valor, esta relação bilateral do Brasil com a China segue o padrão da clássica DIT, na qual a periferia exerce a função de primário-exportadora e o centro, a de produtora e exportadora de manufaturados.

Somado ao exposto, outra relação que remete ao processo inicial de relação de dependência entre as nações se assemelha ao retratado por Marini (1973), quando o autor expõe que a especialização produtiva dos países centrais só foi possível pelo aumento da oferta de matéria-prima e alimentos produzidos pela América Latina, sustentando a crescente demanda da classe trabalhadora e dos processos industriais. Com isto, observou-se nos países avançados uma redução significativa dos gastos com trabalhadores e insumos, elevando a lucratividade dos capitais oriundos dos países centrais. Nesse ínterim, pode-se trazer que Pequim tem constantemente ampliado seus investimentos na modernização industrial com o desenvolvimento de pesquisas em inovação e tecnologia que elevam o valor dos produtos comercializados pelas empresas chinesas e conseguem os tornar mais competitivos no comércio internacional (Andaku, 2021). Simultaneamente a esse processo, há a estratégia chinesa de busca por recursos naturais e

matérias-primas para sustentar seu desenvolvimento. Esses dois contextos se ligam diretamente com o exposto por Marini (1973) sobre a possibilidade do desenvolvimento industrial e especialização produtiva nesse setor, a partir da compra de commodities ofertadas pelos países dependentes. Processo que fica visível na busca do asseguramento das cadeias produtivas de commodities pela China e na compra desses produtos a partir do comércio internacional com países como o Brasil.

A partir do exposto, as relações comerciais entre Brasília e Pequim possuem características em comum com a economia exportadora do século XIX (Marini, 1973; Santos, 1970), onde o Brasil é produtor dos bens necessários para a especialização produtiva chinesa na sua industrialização, e a China fabrica os bens manufaturados. Portanto, é visível o estabelecimento de uma lógica de reprodução de uma relação dependente entre centro e periferia, ainda que semelhante àquela do estágio histórico mais inicial da formação do próprio capitalismo.

A tabela 3 a seguir traz a classificação das transações comerciais entre Brasil e China, no mesmo período, de acordo com os usos dos produtos negociados. Com isto, podemos observar como o comércio com a China tem contribuído para o ciclo do capital da economia brasileira.

**Tabela 3 - Balança Comercial Brasil-China por Grande Categoria Econômica: 1999-2023**

Grande Categoria Econômica	1999-2003		2004-2008		2009-2013		2014-2018		2019-2023	
	Soma (bilhões US\$)	%								
<b>IMPORTAÇÕES</b>										
Bens de Capital	0,76	10,7%	7,04	14,2%	25,49	17,5%	27,01	17,5%	37,24	16,0%
Bens de Consumo	1,50	21,2%	9,45	19,0%	29,25	20,1%	27,14	17,6%	28,51	12,3%
Bens Intermediários	4,06	57,3%	31,61	63,7%	90,17	61,8%	98,96	64,2%	164,91	71,0%
Combustíveis e Lubrificantes	0,76	10,8%	1,55	3,1%	0,94	0,6%	0,98	0,6%	1,70	0,7%
Bens não especificados	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,03	0,0%	0,02	0,0%
<b>Total por período (bilhões de US\$)</b>	<b>7,1</b>		<b>49,6</b>		<b>145,9</b>		<b>154,1</b>		<b>232,4</b>	
<b>EXPORTAÇÕES</b>										
Bens de Capital	0,24	2,2%	0,77	1,6%	3,15	1,7%	\$ 2,7	1,2%	1,39	0,3%
Bens de Consumo	0,29	2,7%	0,66	1,4%	2,69	1,5%	\$ 7,9	3,6%	32,40	7,8%
Bens Intermediários	10,08	94,2%	42,37	88,4%	158,30	86,4%	\$ 178,4	80,2%	301,43	73,0%
Combustíveis e Lubrificantes	0,10	0,9%	4,16	8,7%	19,15	10,4%	\$ 33,3	15,0%	77,58	18,8%
Bens não especificados	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	\$ 0,0	0,0%	0,00	0,0%
<b>Total por período (bilhões de US\$)</b>	<b>10,71</b>		<b>47,96</b>		<b>183,30</b>		<b>222,32</b>		<b>412,81</b>	

Fonte: elaboração própria, a partir de dados do Comexstat.

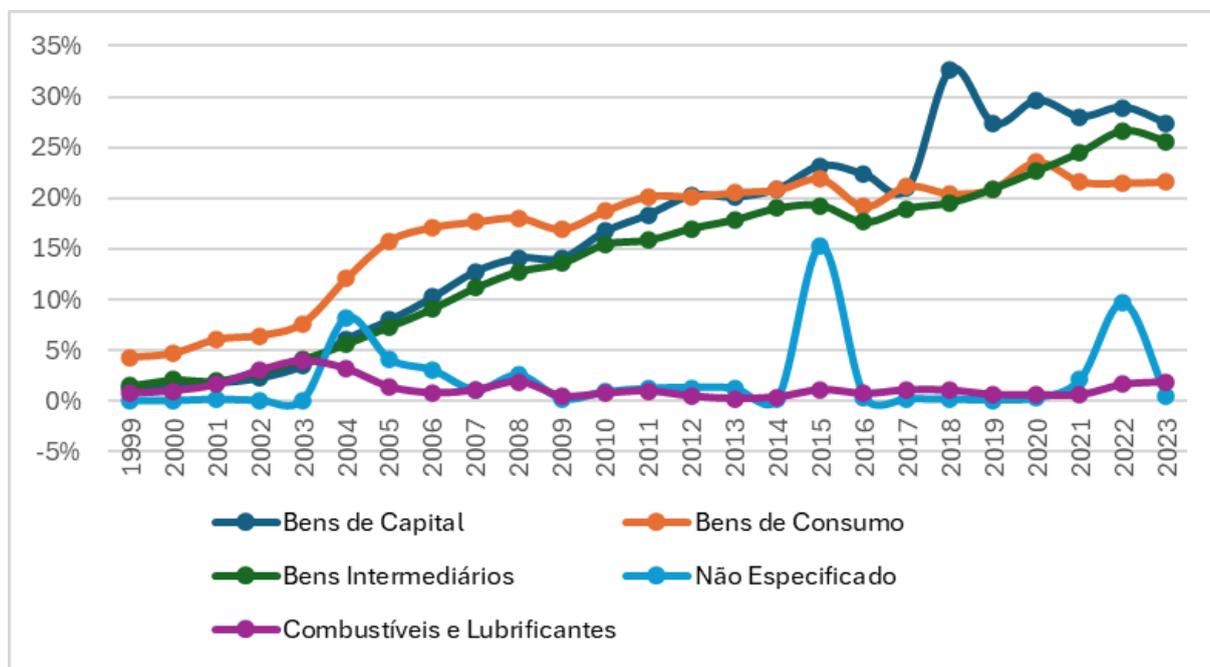
Podemos observar que, do total das compras brasileiras de produtos chineses, a maior parte sempre correspondeu a compras de meios de produção (bens de capital, intermediários e combustíveis), somando mais de 75% do total das importações ao longo de toda a série. No quinquênio 2004-2008, observamos uma drástica queda nas compras brasileiras de combustíveis e lubrificantes chineses. Isto reflete a mudança no papel que o setor doméstico de petróleo exerce na

economia nacional, liderados pelo reposicionamento e consequente investimentos realizados pela Petrobrás (FUP, 2023). Contudo, aumentam nossas compras de bens de capital fixo e capital circulante oriundos da China, chegando, no período de 2019-2023, a mais de 85% do total das importações.

No caso das exportações, observamos uma situação diferente, pois, nas nossas vendas ao país asiático, prevalecem os bens intermediários e os combustíveis. Juntos, eles correspondem a mais de 95% do total ao longo de todo o período. Reafirmando o que foi dito sobre o setor petrolífero brasileiro, observamos que as exportações de combustíveis e lubrificantes para a China cresceram consideravelmente, saindo de 0,9% do total, entre 1999 e 2003, para 18,8%, entre 2019 e 2023. Junto com o que foi observado nas tabelas 1 e 2, isto confirma a tese de que o país passou por um processo de reestruturação produtiva que reforçou nossa tradicional posição de economia primário-exportadora na atual divisão internacional do trabalho (Almeida, 2024a; 2024b).

O Gráfico 6 traz a participação da China no total das importações brasileiras por Grande Categoria Econômica.

**Gráfico 6 - Participação da China no total das importações brasileiras por Grande Categoria Econômica: 1999-2023**

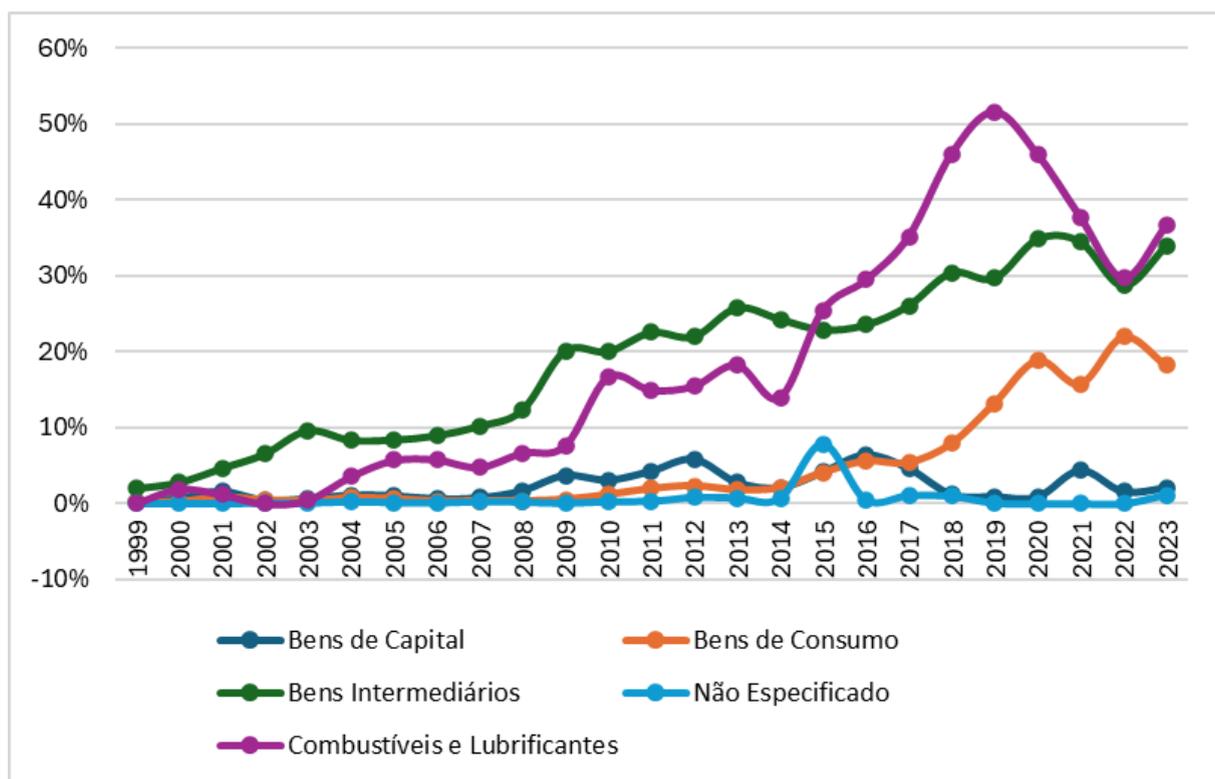


Fonte: elaboração própria, a partir de dados do Comexstat.

Podemos observar que, de fato, a China se tornou um relevante fornecedor de mercadorias ao Brasil. Do total dos bens de capital importados pelo país, mais de 20% vêm da China desde 2012, sendo que, em 2018, este valor atingiu o pico de 32,7%. No caso dos bens intermediários, mais de 15% das nossas importações vêm do país asiático desde 2010, sendo que este percentual passou de 25% em 2022 e 2023. No caso dos bens de consumo, que contribuem para o processo de reprodução da força de trabalho e da classe capitalista nacionais, a participação chinesa nas importações totais excede os 20% desde 2011 (com exceção de 2019).

O Gráfico 7 foi construído a partir da divisão dos bens vendidos pelo Brasil à China no período entre 1999 e 2023, divididos por grande área econômica. Neles, foi calculada a porcentagem dos valores obtidos em relação ao total das exportações brasileiras.

**Gráfico 7 - Participação da China no total das exportações brasileiras por Grande Categoria Econômica: 1999-2023**



Fonte: elaboração própria, a partir de dados do Comexstat.

No contexto da realização externa do capital-mercadoria brasileiro, podemos observar que a relação com a China, nas últimas décadas, priorizou a aquisição de combustíveis e lubrificantes,

bens intermediários e, recentemente, bens de consumo. Do total das exportações brasileiras de combustíveis e lubrificantes, desde 2015, mais de 20% é comprado pela China. Em 2019 esse percentual superou os 50%. No caso dos bens intermediários exportados pelo Brasil, desde 2009, mais de 20% do total é adquirido pela China, sendo o pico em 2018, com 34,8% do total.

A partir dos dados apresentados, temos uma clara manifestação do diferencial no desenvolvimento das forças produtivas dos dois países. Nesta relação comercial, observa-se que o Brasil reforçou sua tradicional posição de exportador de produtos básicos e importador de bens de elevada intensidade tecnológica. Consequentemente, os dados apresentados mostram que o ciclo do capital na economia brasileira está cada vez mais dependente da integração comercial com o ciclo do capital da economia chinesa. Observamos que, por um lado, para a formação do capital-produtivo operante no Brasil, aumentou a nossa dependência da compra de meios de produção oriundos do país asiático, seja capital constante fixo (bens de capital) ou capital constante circulante (bens intermediários). Por outro lado, observamos o aumento da importância da China na realização do capital-mercadoria produzido no Brasil, tendo em vista que parte significativa das nossas vendas externas têm sido direcionadas para lá.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho possui como objetivo analisar as relações comerciais entre Brasil e China à luz da Teoria Marxista da Dependência (TMD), para buscar compreender se existe uma relação de estabelecimento de uma dependência do Brasil em relação à China nesta relação econômica. As relações comerciais entre Brasil e China à luz da Teoria Marxista da Dependência (TMD) revelaram uma relação de dependência do Brasil em relação à potência asiática. As exportações do Brasil para Pequim são marcadas pela composição de produtos primários, de baixa intensidade tecnológica, enquanto as importações brasileiras da China estão concentradas em produtos de média e alta tecnologia, relação essa que tem se aprofundado ao longo das últimas duas décadas. Essas relações remetem a uma especialização produtiva característica da fase inicial do estabelecimento da relação de dependência entre o centro e as nações dependentes, onde a China se beneficia em relação ao Brasil, assim como os países industrializados se beneficiam a longo prazo das relações comerciais com a periferia. Sendo assim, mesmo com o desenvolvimento e as modificações no capitalismo, as

relações de comércio entre Brasil e China seguem o padrão da clássica DIT, na qual a periferia exerce a função de primário-exportadora e o centro, a de produtora e exportadora de manufaturados.

Nesse ínterim, embora existam constantes superávits comerciais favoráveis ao Brasil, a especialização produtiva brasileira em setores primários, reforçada pela China, estabelece uma dependência de produtos com alta volatilidade de preços e menor valor agregado, em uma relação com possíveis efeitos negativos a longo prazo, conforme apontado por Marini (1973) e Santos (1970). Ademais, verificou-se que a participação chinesa nas exportações brasileiras e até mesmo sua participação no superávit no total comercial brasileiro nos últimos anos destacam o aumento da dependência do mercado chinês pelo Brasil, mercado este que fomenta uma crescente necessidade de commodities. Assim, a reprimarização da economia brasileira, impulsionada pela demanda chinesa por commodities, aprofunda a dependência do Brasil em relação a produtos de baixa tecnologia e limita o avanço em setores de maior valor agregado. Dessa forma, conclui-se que as relações comerciais entre Brasil e China seguem um padrão histórico de dependência, em que o Brasil desempenha o papel de fornecedor de matérias-primas, enquanto a China se beneficia ao consolidar sua posição como produtora de bens com maior valor agregado e intensidade tecnológica.

Conclui-se que as características do ciclo do capital nas trocas comerciais Brasil-China continuam a refletir um padrão de dependência histórica típico da Teoria Marxista da Dependência. O Brasil desempenha um papel subordinado como primário-exportador, enquanto a China se posiciona como a produtora e exportadora de bens manufaturados mais avançados. Os dados evidenciam a crescente dependência da economia brasileira em relação à China. Esse vínculo se manifesta tanto na importação de meios de produção, essenciais para a formação do capital produtivo no Brasil, quanto na exportação de mercadorias, já que uma parcela significativa das vendas externas brasileiras tem como destino o mercado chinês.

A especialização produtiva brasileira em produtos primários e a dependência da demanda chinesa por esses colocam o Brasil em uma posição vulnerável a possíveis modificações na economia de Pequim. Desse modo, o comércio bilateral entre países Brasil à luz da TMD evidenciam um processo de reprodução da dinâmica dos países centrais e dependentes, ainda que em seu estágio inicial.

## REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, L. M. DE L.; BALANCO, P. A. DE F. The deindustrialization of the Brazilian economy: new evidences and the role of 1990s productive restructuring in this process. **Review of Political Economy**, n. In press, 2024a.

ALMEIDA, L. M. DE L.; BALANCO, P. A. DE F. Deindustrialization in a Marxian perspective: An empirical study of the Brazilian economy between 1995-2010. **Structural Change and Economic Dynamics**, v. 68, p. 224–239, 2024b.

ANDAKU, Evandro. As marcas e patentes na reprodução do espaço desigual: Estados Unidos e China. 2021. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. doi:10.11606/T.8.2021.tde-18062021-182020.

ARANTES, Marília H. Fraga. De Xiaoping à nova rota da seda: uma análise das relações sino-sul-americanas à luz da teoria da dependência. 2019. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Comexstat: dados de comércio exterior. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/112225>. Acesso em: 20 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Comexstat: dados de comércio exterior. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/112226> . Acesso em: 25 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Comexvis: plataforma de visualização de comércio exterior. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em: 26 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Comexvis: plataforma de visualização de comércio exterior. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/122345> . Acesso em: 24 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Comexvis: plataforma de visualização de comércio exterior. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/122346>. Acesso em: 24 mar. 2025.

FERCHEN, Matt. As relações entre China e América Latina: impactos de curta ou longa duração?. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, p. 105-130, 2011.

FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS (FUP). 2003-2015: Petrobrás volta a ser estratégica para o Brasil e descobre o pré-sal. FUP, 2023. Disponível em: <https://fup.org.br/2003-2015-petrobras-volta-a-ser-estrategica-para-o-brasil-e-descobre-o-pre-sal/>. Acesso em: 23 mar. 2025

GALINDO-RUEDA, Fernando; VERGER, Fabien. OECD taxonomy of economic activities based on R&D intensity. 2016.

HIRATUKA, Célio; SARTI, Fernando. Relações econômicas entre Brasil e China: análise dos fluxos de comércio e investimento direto estrangeiro. **Revista Tempo do Mundo**, v. 2, n. 1, p. 83-98, 2016.

IBRACHINA. China é o maior parceiro comercial do Brasil desde 2009. Disponível em: <https://ibrachina.com.br/china-e-o-maior-parceiro-comercial-do-brasil-desde-2009/>. Acesso em: 02 ago. 2024.

MATTOS, Michelle. Padrões de Especializações no Comércio Brasil-China. 2008. 68 f. Monografia–Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. **Germinal: marxismo e educação em debate, Salvador**, v. 9, n. 3, p. 325-356, 2017.

MARINI, Ruy Mauro; SEPÚLVEDA, Cristián. El desarrollo industrial dependiente y la crisis del sistema de dominación. **Marxismo y revolución**, v. 1, p. 9-28, 1973.

MORTATTI, C. M.; DE MIRANDA, S. H. G.; BACCHI, M. R. P. Determinantes do comércio Brasil-China de commodities e produtos industriais: uma aplicação VECM. **Economia Aplicada**, v. 15, n. 2, p. 311-335, abr./jun. 2011.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Brasil e China: uma nova aliança não escrita?. *Revista Brasileira de política internacional*, v. 53, p. 88-105, 2010.

SANTOS, Theotonio dos. The Structure of Dependence. **American Economic Review**, New York, p.231-6, maio, 1970.

MORTARI, V., Silva; GIUSTI DE ARAÚJO, C. .; DIEGUES, A. C. . Brasil-China: uma integração produtiva virtuosa?. **Revista Economia Ensaios**, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil, v. 33, 2019.

SLIPAK, Ariel. América Latina y China: ¿cooperación Sur-Sur o ‘Consenso de Beijing’? **Nueva Sociedad**, n. 250, p. 102-113, 2014.